



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área/Especialidade Assistente Social

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'D', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida consulta de qualquer natureza ou espécie.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS**

Atenção: As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Liberdade minha, liberdade tua

Uma professora do meu tempo de ensino médio, a propósito de qualquer ato de indisciplina ocorrido em suas aulas, invocava a sabedoria da frase "A liberdade de um termina onde começa a do outro". Servia-se dessa velha máxima para nos lembrar limites de comportamento. Com o passar do tempo, esqueci-me de muita coisa da História que ela nos ensinava, mas jamais dessa frase, que naquela época me soava, ao mesmo tempo, justa e antipática. Adolescentes não costumam prezar limites, e a ideia de que a nossa (isto é, a minha...) liberdade termina em algum lugar me parecia inaceitável. Mas eu também me dava conta de que poderia invocar a mesma frase para defender aguerridamente o meu espaço, quando ameaçado pelo outro, e isso a tornava bastante justa... Por vezes invocamos a universalidade de um princípio por razões inteiramente egoístas.

Confesso que continuo achando a frase algo perturbadora, provavelmente pelo pressuposto que ela encerra: o de que os espaços da liberdade individual estejam distribuídos e demarcados de forma inteiramente justa. Para dizer sem meias palavras: desconfio do postulado de que todos sejamos igualmente livres, ou de que todos dispomos dos mesmos meios para defender nossa liberdade. Ele parece traduzir muito mais a aspiração de um ideal do que as efetivas práticas sociais. O egoísmo do adolescente é um mal dessa idade ou, no fundo, subsiste como um atributo de todas?

Acredito que uma das lutas mais ingentes da civilização humana é a que se desenvolve, permanentemente, contra os impulsos do egoísmo humano. A lei da sobrevivência na selva – lei do instinto mais primitivo – tem voz forte e procura resistir aos dispositivos sociais que buscam controlá-la. Naquelas aulas de História, nossa professora, para controlar a energia desbordante dos jovens alunos, demarcava seu espaço de educadora e combatia a expansão do nosso território anárquico. Estava ministrando-nos na prática, ao lembrar os limites da liberdade, uma aula sobre o mais crucial desafio da civilização.

(Valdeci Aguirra, inédito)

1. A frase invocada nas aulas de História constitui o centro das presentes reflexões do autor do texto, que a explora, fundamentalmente, como expressão
- (A) das atribuições que todo professor bem intencionado precisa enfrentar, diante de jovens rebeldes e problemáticos.
 - (B) dos impasses que a civilização provoca, ao pretender conciliar a fragilidade dos instintos e o sentimento da liberdade.
 - (C) da histórica batalha que se trava entre os nossos impulsos mais primitivos e a necessária estruturação da ordem social.
 - (D) da dificuldade que aflige os adolescentes, quando tentam justificar seu egoísmo alegando os mais nobres princípios.
 - (E) da ambiguidade medular dos processos históricos, representada na indecisão entre a escolha da liberdade ou da justiça.

2. Considerando-se o sentido geral e conclusivo do texto, o título **Liberdade minha, liberdade tua** tem significação equivalente à da seguinte formulação:
- (A) Minha liberdade nada tem a ver com a tua.
 - (B) A tua e a minha liberdade são essencialmente a mesma.
 - (C) Tua liberdade acaba por eliminar a minha.
 - (D) A minha e a tua liberdade devem conciliar-se.
 - (E) Nossas liberdades exercem-se paralelamente.
3. Atente para as afirmações abaixo.
- I. No primeiro parágrafo, a última frase expressa uma verdade geral que se depreendeu da análise de uma situação particular.
 - II. No segundo parágrafo, a perturbação confessada pelo autor do texto advém do reconhecimento de que todos os adolescentes são egoístas.
 - III. No terceiro parágrafo, a lei do mais forte é invocada para explicar por que idealizamos os nossos mais primitivos instintos.
- Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
4. Os dois casos de emprego de reticências, no primeiro parágrafo, têm em comum o fato de servirem a um enunciado
- (A) independente e sem consecução lógica.
 - (B) cuja intenção é expressar uma ironia.
 - (C) que ratifica a afirmação imediatamente anterior.
 - (D) sem conexão lógica com a afirmação anterior.
 - (E) que conclui a lógica da argumentação em curso.
5. Considerando-se o contexto, a alternativa em que NÃO se traduz com equivalência de sentido uma expressão do texto é:
- (A) *Servia-se dessa velha máxima* (1º parágrafo) = recorria a esse antigo adágio.
 - (B) *para defender aguerridamente* (1º parágrafo) = a fim de resguardar com denodo.
 - (C) *desconfio do postulado* (2º parágrafo) = suspeito da premissa.
 - (D) *subsiste como um atributo* (2º parágrafo) = remanesce como uma característica.
 - (E) *resistir aos dispositivos sociais* (3º parágrafo) = sublevar as imposturas da sociedade.
6. Está clara e correta esta nova redação de uma frase do texto:
- (A) Ela atribuía o sentido da velha frase ao propósito de refrear nossos atos de fragilante indisciplina.
 - (B) Ao ouvir aquela frase, que nunca mais me esqueci, soava-me a um só tempo tão justa quanto antipática.
 - (C) O que essa frase me causa espécie está na pressuposição de haver nela uma justa distribuição dos espaços de liberdade.
 - (D) Afirmando, sem tergiversar: custa-me crer que dispomos todos dos mesmos meios para preservar nossa liberdade.
 - (E) Com vistas ao controle de nossos ímpetos, ela se propunha debelar-se contra o nosso insipiente anarquismo.



7. No contexto, estabelecem entre si uma oposição de sentido os seguintes segmentos:

- (A) *prezar limites e demarcava seu espaço.*
- (B) *aspiração de um ideal e efetivas práticas sociais.*
- (C) *energia desbordante e expansão do nosso território anárquico.*
- (D) *não costumam prezar limites e território anárquico.*
- (E) *limites da liberdade e crucial desafio da civilização.*

8. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se no **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:

- (A) (**costumar**) seguir os nossos atos de indisciplina a invocação das sábias palavras daquela velha frase.
- (B) Entre os adolescentes não (**ser**) de hábito respeitar os limites da liberdade individual.
- (C) A ninguém da classe (**deixar**) de tocar, naquela época, seus alertas contra o nosso anarquismo.
- (D) Nas aulas em que (**cabem**) invocá-las, a professora repetia as palavras daquele velho ditado.
- (E) Um desafio que aos homens sempre se (**importar**), em razão dos seus impulsos egoístas, está em respeitar o espaço alheio.

9. É preciso **corrigir**, por incoerente, a redação da seguinte frase:

- (A) A menos que se considere a realidade prática, nos ideais buscamos projetar os valores que a aperfeiçoariam.
- (B) Aquela frase sempre me pareceu perturbadora, conquanto tenham variado as razões para assim considerá-la.
- (C) Ainda que se considerem naturais certos impulsos egoístas, há que combatê-los e tentar superá-los.
- (D) Malgrado a tendência anárquica dos jovens, muitos se mostram receptivos à máxima que postula limites para a liberdade.
- (E) A par das lições de História, a professora nos ministrava as de conduta, que acabaram por se revelar as mais duradouras.

10. Atente para as frases abaixo.

- I. Todos queremos defender nossa liberdade, tornar-lhe imune a qualquer restrição, proclamar-lhe aos quatro ventos.
- II. Sim, o egoísmo é uma inclinação natural, mas acatar-lhe é curvar-se a um instinto primitivo; cumpre, a todo custo, restringi-lo a violência.
- III. As palavras daquela frase ressoaram fortemente em nossa consciência arrogante, abalaram-na, retiraram-lhe o falso triunfalismo.

Está plenamente adequado o emprego de pronomes em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

Atenção: As questões de números 11 a 16 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Legalidade e legitimidade

A **legalidade** funda-se em um forte conceito ético, que é a **legitimidade**. O poder que impõe a legalidade deve ser um poder legítimo. Modernamente, não se aceita mais a legalidade como conceito meramente formal. Para que a limitação à esfera individual seja válida, deve ser o poder que a impõe legítimo.

Os estados de regimes políticos autoritários possuem uma esfera de poder hipertrofiada em relação ao direito. Com isso, a legitimidade do poder torna-se questionável. As limitações impostas à liberdade, por conseguinte, não seriam éticas, legítimas, e, portanto, o direito fundamental estaria sendo desrespeitado. O legalismo cego e formal pode tornar-se arma para referendar abuso de poder e restrição ilegítima às liberdades individuais. Percebe-se, então, que, a despeito de ser atualmente o direito fundamental de liberdade assegurado em documentos legais ao redor do mundo, existe uma conotação ética que lhe serve de razão última e principal.

A restrição à liberdade pela legalidade deve ser formalmente e materialmente válida: formalmente, quanto às regras preestabelecidas de formação, limites e conteúdo da lei; materialmente, quanto à legitimidade tanto das regras preestabelecidas quanto do poder que impõe as leis e que se encarrega de garantir seu cumprimento.

O conteúdo das leis é também fonte de considerações éticas. Pode uma lei ser formalmente válida e emanada de poder legítimo, e mesmo assim ser moralmente considerada inválida, enquanto limitadora do conteúdo das liberdades. Daí concluir-se que a legitimidade do poder não é suficiente para que a legalidade seja legítima; é necessário também que o conteúdo das leis seja expressão da soberania popular.

(Adaptado de Marco Aurélio Alves Adão, Procurador da República. <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=19>)

11. Depreende-se da leitura do texto que a legalidade e a legitimidade

- (A) derivam de um mesma fonte ética, razão pela qual é difícil distingui-las.
- (B) estabelecem entre si, na ordem dada, uma relação de causa e efeito.
- (C) devem articular-se de modo que a segunda embase a primeira.
- (D) estabelecem entre si uma relação hipotética e meramente formal.
- (E) devem articular-se para estabelecer um forte conceito ético.



12. Os estados de regimes políticos autoritários possuem uma esfera de poder hipertrofiada em relação ao direito.

Na frase acima (2º parágrafo), afirma-se que

- (A) a identificação de um estado autoritário se estabelece quando a hipertrofia da esfera da política implica a hipertrofia do campo do direito.
- (B) a esfera do direito, nos regimes políticos autoritários, resulta atrofiada em relação à do poder do estado.
- (C) a esfera do direito, nos regimes políticos autoritários, é parte da atrofia da esfera do poder estatal.
- (D) o poder abusivo do estado é a razão pela qual o direito é excluído dos regimes políticos autoritários.
- (E) o autoritarismo próprio dos estados hipertrofia o poder político em face da esfera do direito.

13. Atente para as afirmações abaixo.

- I. O legalismo, tomado em sentido estrito e puramente formal, pode vir a ser um dispositivo nocivo, inteiramente alheio aos princípios éticos.
- II. É inadmissível que ocorram na esfera do direito, qualquer que seja a circunstância, restrições às liberdades individuais.
- III. A legitimidade do poder é uma condição necessária e bastante para tornar o conteúdo das leis uma expressão da vontade popular.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

14. Está correta a seguinte observação sobre uma passagem do texto:

- (A) Em *Para que a limitação à esfera individual seja válida* (1º parágrafo), expressa-se a causa de uma consequência desejável.
- (B) *Em deve ser o poder que a impõe legítimo* (1º parágrafo), o termo sublinhado pode ser substituído por **legitimamente**.
- (C) Em *As limitações impostas à liberdade, por conseguinte, não seriam éticas* (2º parágrafo), a expressão sublinhada indica uma premissa.
- (D) Em *A restrição à liberdade pela legalidade deve ser formalmente e materialmente válida* (3º parágrafo), o termo sublinhado qualifica *liberdade*.
- (E) Em *e mesmo assim ser moralmente considerada inválida* (4º parágrafo), o elemento sublinhado pode ser substituído por **e não obstante isso**.

15. O desenvolvimento do terceiro parágrafo se dá de modo a enfatizar

- (A) o aspecto formalmente válido da restrição à liberdade.
- (B) o aspecto materialmente válido da restrição à liberdade.
- (C) a independência entre o aspecto formal e o material.
- (D) a equivalência de importância entre o aspecto formal e o material.
- (E) a subordinação do aspecto material ao aspecto formal.

16. Está plenamente adequada a pontuação da frase:

- (A) Torna-se questionável, a legitimidade do poder, quando ocorre uma hipertrofia: da esfera política em relação à do direito.
- (B) Não são éticas as limitações impostas à liberdade, quando, desrespeitado o direito fundamental, pela ação abusiva e autoritária do estado.
- (C) Pode o legalismo abstruso e formal tornar-se, eventualmente, uma arma, servindo de referendo para o abuso de poder ou para indevidas restrições.
- (D) Uma lei poderá ser, formalmente, mas não moralmente válida, no caso de vir a limitar em essência, o conteúdo da liberdade.
- (E) No caso de o conteúdo das leis, não expressar a soberania popular estará prejudicada a legitimidade do poder.

Atenção: As questões de números 17 a 20 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Acerca de Montaigne

Montaigne, o influente filósofo francês do século XVI, foi um conservador, mas nada teve de rígido ou estreito, muito menos de dogmático. Por temperamento, foi bem o contrário de um revolucionário; certamente faltaram-lhe a fé e a energia de um homem de ação, o idealismo ardente e a vontade. Seu conservadorismo aproxima-se, sob certos aspectos, do que no século XIX viria a ser chamado de liberalismo.

Na concepção política de Montaigne, o indivíduo deve ser deixado livre dentro do quadro das leis, e a autoridade do Estado deve ser a mais leve possível. Para o filósofo, o melhor governo será o que menos se fizer sentir; assegurará a ordem pública sem invadir a vida privada e sem pretender orientar os espíritos. Montaigne não escolheu as instituições sob as quais viveu, mas resolveu respeitá-las, a elas obedecendo fielmente, como achava correto num bom cidadão e súdito leal. Que não lhe pedissem mais do que o exigido pelo equilíbrio da razão e pela clareza da consciência.

(Adaptado da introdução aos **Ensaios**, de Montaigne. Trad. de Sergio Milliet. S. Paulo: Abril, **Os Pensadores**, 1972.)

17. Há no primeiro parágrafo afirmações que induzem o leitor a identificar:

- I. um conservador típico como alguém rígido, limitado e dogmático.
- II. um revolucionário como alguém ativo, idealista, dotado de fé, energia e vontade.
- III. um conservador do século XVI com um liberal do século XIX.

Completa corretamente o enunciado desta questão o que está em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.



<p>18. Na concepção política de Montaigne,</p> <p>(A) o governo, em sua disposição liberal, deve atuar como uma espécie de mentor ideológico da esfera individual.</p> <p>(B) o Estado, como instituição pública, deve adequar-se ao papel que lhe atribui a vontade soberana da população.</p> <p>(C) as leis que emanam do Estado devem ser respeitadas pelos cidadãos, em cuja vida privada ele evitará interferir.</p> <p>(D) os bons e leais cidadãos devem obediência às instituições, ainda que com sacrifício dos ditames da consciência e da racionalidade.</p> <p>(E) a ausência do Estado se justifica quando os ideais da vida privada são por si mesmos capazes de orientar a instância pública.</p>	<p><u>Atenção:</u> As questões de números 21 a 25 referem-se ao Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.</p> <p>21. A respeito das eleições, é correto afirmar:</p> <p>(A) o Presidente, o Vice-Presidente, os Corregedores de Justiça e os membros do Conselho da Magistratura serão eleitos para mandato de dois anos, permitida a reeleição para mais um período.</p> <p>(B) na elaboração da lista de advogados para integrar o Tribunal Regional Eleitoral, cada Desembargador votará em seis nomes, considerando-se eleitos os que tiverem obtido a maioria absoluta de votos dos presentes.</p> <p>(C) o Desembargador eleito para o cargo de direção no Tribunal de Justiça ou para o Tribunal Regional Eleitoral, como membro efetivo, não perderá, ao ser empossado, a titularidade de outra função eletiva.</p> <p>(D) os Desembargadores que estiverem no efetivo exercício de cargo de direção no Tribunal de Justiça podem ser eleitos, em sessão do Tribunal Pleno, para integrar o Tribunal Regional Eleitoral.</p> <p>(E) considerar-se-á eleito Presidente, Vice-Presidente, Corregedor de Justiça e o membro do Conselho da Magistratura, o Desembargador que, no respectivo escrutínio, obtiver a maioria simples dos votos dos presentes.</p>
<p>19. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:</p> <p>(A) Como sugere o autor do texto, encontra-se em Montaigne raízes de um pensamento liberal, vindo a se constituir propriamente no século XIX.</p> <p>(B) Ainda quando não admitisse interferência do Estado na vida privada, de modo algo paradoxal, Montaigne obedecia lealmente a essas leis.</p> <p>(C) Se Montaigne não foi responsável pelas instituições vijentes, por outro lado também as acatava, como súdito bom e fiel que prezava ser.</p> <p>(D) O aspecto liberal do pensamento de Montaigne revela-se, sobretudo, quando defende a esfera individual e os valores da vida privada.</p> <p>(E) Montaigne pronuncia-se contra as restrições, quando as mesmas ocorrem na vida privada, com exigências contrárias à razão de sua consciência.</p>	<p>22. Do funcionamento do Tribunal, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O Tribunal Pleno, tanto nas reuniões ordinárias como extraordinárias, será presidido pelo Presidente do Tribunal.</p> <p>(B) O Tribunal Pleno funcionará com dois terços de seus membros, ou com a maioria absoluta, conforme o caso, sendo substituídos os Desembargadores, impedidos ou licenciados.</p> <p>(C) O Tribunal Pleno realizará quatro sessões ordinárias por mês, apreciando tanto as questões administrativas quanto os julgamentos.</p> <p>(D) Em caso de férias de membros das Câmaras, comporá automaticamente o quorum, observada sempre que possível a ordem decrescente de antiguidade, nas Câmaras Cíveis Reunidas, os membros das Câmaras Criminais Reunidas.</p> <p>(E) O Conselho da Magistratura será presidido pelo Vice-Presidente do Tribunal.</p>
<p>20. Quando o autor afirma que Montaigne <i>foi bem o contrário de um revolucionário</i>, está buscando destacar</p> <p>(A) o individualismo que norteou sua conduta e seu pensamento político.</p> <p>(B) o conservadorismo e o anacronismo do pensamento do filósofo.</p> <p>(C) a influência que o filósofo exerceu sobre as instituições da época.</p> <p>(D) a franca insurgência do pensador contra as tendências libertárias da época.</p> <p>(E) a contribuição do pensador como um entusiasta da soberania do Estado.</p>	<p>23. Ao Conselho da Magistratura, dentre outras atribuições, compete</p> <p>(A) opinar, no que couber, sobre pedidos de renovação, permutas, férias e licenças dos Juizes de Direito.</p> <p>(B) apreciar os relatórios dos Juizes de Direito.</p> <p>(C) determinar correições extraordinárias, gerais ou parciais.</p> <p>(D) processar e julgar as suspeições opostas a Juizes Cíveis e Criminais, quando não reconhecidas.</p> <p>(E) suspender a execução de liminar concedida pelos Juizes de primeiro grau em ação civil pública.</p>



<p>24. Haverá revisão, dentre outros processos,</p> <p>(A) nas apelações em processos de rito sumário. (B) nas apelações em processos de despejo. (C) nos recursos em sentido estrito. (D) nas revisões criminais. (E) nos agravos de instrumento.</p>	<p>29. Considere as assertivas abaixo a respeito da ajuda de custo.</p> <p>I. Não será concedida ajuda de custo ao servidor que afastar-se do cargo ou reassumi-lo em virtude do exercício ou término de mandato eletivo.</p>
<p>25. Os advogados dos recorrentes poderão proferir sustentação oral, dentre outros processos, nos</p> <p>(A) reexames necessários. (B) embargos infringentes. (C) agravos regimentais. (D) agravos de instrumento. (E) conflitos de competência.</p>	<p>II. Não será concedida ajuda de custo ao servidor que for colocado à disposição de outro Poder, ou esfera de Governo.</p> <p>III. À família do servidor que falecer na nova sede, serão assegurados ajuda de custo para a localidade de origem, dentro do prazo de seis meses, contado do óbito.</p>
<p><u>Atenção:</u> As questões de números 26 a 30 referem-se ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis – Lei nº 5.810/94.</p> <p>26. Deoclécio, servidor público do Tribunal de Justiça do Pará aposentado por invalidez, retornou à atividade porque uma junta médica oficial declarou insubsistente os motivos da sua aposentadoria. Neste caso, ocorreu a</p> <p>(A) reversão. (B) reintegração (C) redistribuição. (D) aproveitamento (E) readaptação.</p>	<p>IV. Caberá ajuda de custo ao servidor designado para serviço ou estudo no exterior, a qual será arbitrada pela autoridade que efetuar a designação.</p> <p>É correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III. (B) I, II e IV. (C) I e IV. (D) II e IV. (E) II e III.</p>
<p>27. NÃO se considera como de efetivo exercício, para todos os fins, o afastamento decorrente de</p> <p>(A) licença por motivo de doença em pessoa da família. (B) casamento, até no máximo oito dias. (C) férias. (D) desempenho de mandato classista. (E) faltas abonadas, até no máximo de cinco ao mês.</p>	
<p>28. A critério da administração, poderá ser concedida ao servidor estável, licença para o trato de assuntos particulares, pelo prazo de até</p> <p>(A) dois anos consecutivos, sem remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço. (B) um ano consecutivo, sem remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço. (C) dois anos consecutivos, com remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço. (D) um ano consecutivo, com remuneração, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido do servidor ou no interesse do serviço. (E) seis meses consecutivos, com remuneração, sendo vedada a concessão de nova licença antes de decorrido três meses do término da anterior.</p>	<p>30. Jânia, funcionária pública efetiva do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, logrou proveito de outrem, valendo-se do cargo, em detrimento da dignidade da função pública. Ela foi demitida. Neste caso, a demissão de Jânia</p> <p>(A) incompatibiliza Jânia para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de nove anos. (B) não incompatibiliza a servidora para nova investidura em cargo público estadual. (C) incompatibiliza a servidora para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de cinco anos. (D) incompatibiliza Jânia para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de três anos. (E) incompatibiliza Jânia para nova investidura em cargo público estadual, pelo prazo de dez anos.</p>



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Os objetivos fundamentais das medidas sócio-educativas são:
- (A) garantir o direito do adolescente de não se responsabilizar pelos seus atos e comportamentos.
 - (B) investigar, diagnosticar e punir adolescentes em litígio com a lei.
 - (C) orientar, educar e possibilitar alternativas aos adolescentes.
 - (D) atender, encaminhar e elaborar estudos sociais sobre os adolescentes, suas famílias e seu futuro.
 - (E) condicionar os adolescentes às regras definidas pelos adultos e punir.

32. Para efeitos da Lei nº 8.069, de 1/07/90, o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se criança a pessoa até:
- (A) 12 anos incompletos.
 - (B) 09 anos completos.
 - (C) 10 anos incompletos.
 - (D) 13 anos completos.
 - (E) 10 anos completos.

33. No trabalho com a família, considerando que esta inserida em uma sociedade simultaneamente natural e institucional regulada, uma vez que
- (A) sua estruturação é condicionada por leis e padrões sociais e culturais.
 - (B) é um grupo social tradicional na maioria das sociedades.
 - (C) as relações familiares não dependem das circunstâncias pessoais dos seus membros.
 - (D) é um grupo articulado por diferentes gerações e gêneros.
 - (E) tem apresentado continua transformação nas últimas décadas.

34. A família tem sido considerada como destinatária preferencial de diversos programas sociais desenvolvidos, notadamente após a promulgação da "Constituição Cidadã". Considerando isso e, no cotidiano da atuação profissional, o assistente social tem como um de seus desafios:
- (A) estimular a família a buscar soluções imediatistas, face aos poucos recursos destinados aos projetos de enfrentamento à pobreza.
 - (B) identificar a incidência da violência social nas relações intra e inter-familiares, bem como nos movimentos sociais.
 - (C) conceber a família como instituição da macroestrutura social e refletir sobre seu protagonismo na contemporaneidade.
 - (D) discutir o atual processo de modernização e as transformações no seio da família, tornando-a agente principal da exclusão social no país.
 - (E) conceber a família em suas múltiplas configurações e apreender suas particularidades como pertencentes a diferentes camadas sociais.

35. O assistente social ao se decidir por um instrumento de coleta de informações, seja formulando perguntas, fazendo um questionário ou entrevista, deve
- (A) partir da avaliação da população a ser envolvida, considerando os recursos materiais e de tempo.
 - (B) considerar o domínio conceitual e experiência sobre o assunto, bem como os recursos materiais disponíveis para a abordagem.
 - (C) partir de estudos anteriores que forneçam os modelos compatíveis com a problemática em estudo.
 - (D) considerar o método adotado, o domínio conceitual sobre o problema, a caracterização dos sujeitos, recursos materiais, humanos e de tempo.
 - (E) considerar o domínio conceitual, recursos materiais e humanos disponíveis, tendo em vista o cronograma.

36. No quadro de investigação social define-se dois tipos de observação participante: observação artificial e observação natural. A principal característica da observação artificial é
- (A) o pertencimento do observador à mesma comunidade ou grupo que investiga.
 - (B) a integração do observador ao grupo, com a finalidade de obter informações.
 - (C) o desejo do observador em tornar-se um participante reconhecido pelo grupo.
 - (D) eleição dos membros mais ativos e participantes para representar o grupo.
 - (E) uma breve fase de exploração do funcionamento do grupo, por parte do observador.

37. A metodologia não é privativa do Serviço Social, quando entendida como o modo de conhecer o ser social historicamente dado e ter uma perspectiva teórico-metodológica. Isso expressa que:
- (A) as abordagens individuais e grupais são técnicas exclusivamente adotadas pelos Assistentes Sociais de empresas.
 - (B) conhecer o ser social significa partir de um método produzido pela Sociologia e de teorias produzidas pela Psicologia.
 - (C) ter uma perspectiva teórico-metodológica é pautar-se por uma matriz de compreensão da vida social que possibilita explicar a sociedade e iluminar a ação profissional.
 - (D) tem uma perspectiva única de análise da vida social, criada no interior da profissão.
 - (E) possui um arsenal próprio de conhecimento teórico-metodológicos pautado nas ciências exatas, mas que possui uma teoria particular para explicar a questão social.



38. Considerando a questão social como base sócio-histórica que funda a profissão do assistente social e, de acordo com a perspectiva contemporânea do Serviço Social, na ruptura com uma prática profissional reiterativa, burocrática e focalista, este profissional deve estar atento para
- (A) introduzir técnicas de ações multidisciplinares.
 - (B) apreender sua prática como trabalho e inscrever o seu exercício profissional no processo de trabalho.
 - (C) apropriar-se dos fatos sociais investigados e reconstruir o diagnóstico social.
 - (D) apreender a realidade social tal como ela é e construir uma teoria social a partir dela.
 - (E) sistematizar as atividades cotidianas em metodologias de ação pensada.
39. No entendimento de Marilda V. Yamamoto, o conjunto de problemas sociais gerados pelas desigualdades e contradições próprias do antagonismo de classes na sociedade capitalista, assim como pelo processo de reprodução social destas mesmas classes, denomina-se
- (A) Sociedade civil desorganizada.
 - (B) Demandas sociais.
 - (C) Situação social problema.
 - (D) Questão social.
 - (E) Mais Valia relativa.
40. Depois de 1964, como marco histórico, o processo de renovação do Serviço Social no Brasil direcionou-se
- (A) no desenvolvimento do marxismo ortodoxo, que traz para a profissão um arcabouço teórico que justifica a luta de classes.
 - (B) na busca pela consolidação da profissão, atendendo as demandas das classes médias e do laicato.
 - (C) no desenvolvimento de políticas sociais que atendam as classes subalternas, possibilitando a diminuição das desigualdades.
 - (D) nas estratégias emergentes nos quadros profissionais, que buscam dar um *status* acadêmico a profissão.
 - (E) na perspectiva modernizadora, que busca adequar a profissão ao desenvolvimento capitalista emergido pós-64.
41. No entendimento de Ana Elizabeth Mota, as transformações que ocorrem no mundo do trabalho trazem profundas modificações nas relações Estado x Sociedade Civil. No âmbito das políticas sociais, essa modificação considerada é
- (A) a substituição do Estado pelas organizações particulares sob o livre controle dos indivíduos no planejamento e execução das políticas sociais.
 - (B) a presença permanente do Estado na implementação das políticas sociais e o controle das políticas sociais pelas organizações não-governamentais.
 - (C) o diagnóstico elaborado pelos assistentes sociais para elaboração dos planos de assistência.
 - (D) a implementação dos conselhos comunitários para fiscalizar as políticas sociais e o acompanhamento pelo poder público.
 - (E) a presença dos conselhos municipais de assistência na execução das políticas sociais e a elaboração de diagnósticos sociais.
42. De acordo com Maria do Carmo Brandt de Carvalho, cada política setorial, desde que pretenda incluir os segmentos mais pauperizados, comporta uma fatia assistencial como mecanismo de distribuição de bens e serviços das camadas excluídas. Neste caso, incorpora
- (A) a inclusão dos mais pobres aos programas de saúde e educação.
 - (B) os princípios de equidade e redistributividade.
 - (C) a socialização dos serviços públicos oferecidos às camadas mais pobres.
 - (D) os programas e serviços compensatórios aos portadores de necessidades especiais.
 - (E) a redistribuição dos serviços públicos oferecidos às camadas mais pobres.
43. A política social junta-se a um instrumento sempre presente nas ações do Estado e se apresenta como mecanismo neutro e facilitador das ações pelo sistema racional de condutas que desenvolve em função de objetivos a serem atingidos. Este instrumento refere-se à
- (A) democracia.
 - (B) racionalidade.
 - (C) metodologia.
 - (D) tecnocracia.
 - (E) burocracia.
44. A luta pela consolidação da cidadania e também pela democracia é uma tarefa para os assistentes sociais e para a sociedade, visto que estes primeiros atuam no processo de
- (A) revisão da concessão de benefícios sociais.
 - (B) fiscalização e controle das políticas de caráter municipal.
 - (C) manutenção e ampliação dos direitos sociais.
 - (D) manutenção do *status quo*.
 - (E) ampliação da flexibilização das relações trabalhistas.
45. Qual é o significado de Indicador Social, enquanto uma categoria conceitual?
- (A) Parâmetro quantitativo que estabelece um padrão de produção e consumo.
 - (B) Sistema de dados sociais informatizados que medem a eficácia dos projetos e programas sociais.
 - (C) Conjunto de índices de crescimento da produção de bens e serviços.
 - (D) Procedimento estatístico que objetiva quantificar o grau de bem-estar ou qualidade de vida de uma população.
 - (E) Mapeamento de informações geo-políticas necessárias à prestação de serviços ao público usuário.



46. No exercício de suas atribuições, compete ao CFESS – Conselho Federal de Serviço Social:
- (A) estabelecer convênio com as universidades públicas e privadas para o acompanhamento dos cursos de Serviço Social.
 - (B) elaborar diagnóstico dos Estados e Municípios onde o grau de pobreza ameaça o desenvolvimento regional.
 - (C) orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão em conjunto com o CRESS.
 - (D) orientar a prática profissional junto às entidades públicas e privadas sempre que se fizer necessário.
 - (E) fiscalizar o exercício profissional e estabelecer fóruns de discussão com a categoria profissional.
-
47. Segundo o código de ética profissional em vigor, cabe e se constitui como dever do assistente social:
- (A) respeitar as normas e princípios éticos das outras profissões, contribuindo para o melhoramento à população usuária.
 - (B) exercer sua autoridade de maneira a limitar o direito do usuário de participar de decisões de seu interesse.
 - (C) esclarecer ao usuário, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e amplitude de sua atuação profissional.
 - (D) contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população.
 - (E) ser solidário com outros profissionais no atendimento à população, sem, todavia, eximir-se de denunciar as práticas abusivas ao código de ética.
-
48. O código de ética profissional, em vigor, do assistente social foi aprovado em
- (A) 1994.
 - (B) 1986.
 - (C) 1992.
 - (D) 1989.
 - (E) 1993.
-
49. O posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática, é princípio fundamental
- (A) do Código de Ética.
 - (B) da Lei Orgânica da Assistência Social (L.O.A.S.).
 - (C) das ações dos Conselhos Regionais de Serviço Social.
 - (D) para garantir o exercício de cidadania dos usuários do Serviço Social.
 - (E) da gestão democrática.
-
50. Há ocasiões em que o assistente social é chamado a desenvolver seu trabalho no âmbito do judiciário para prestar assessoria. Nesses casos, este profissional poderá
- (A) realizar estudo de caso em busca de precedentes criminais, a fim de instruir novos processos, e não incorrer em erro de praticar injustiças sociais consequentes de utilização de critérios diferentes para situações semelhantes e nem de critérios semelhantes para situações diferentes.
 - (B) dispor as informações e os conhecimentos sobre as várias formas de manifestações das desigualdades sociais e exclusão social e sua vivência pelos indivíduos sociais e, com isso, transformar os espaços de trabalho em espaços efetivamente públicos.
 - (C) dispor de um conjunto de conhecimentos que agregue informações de todas as áreas de atuação e que possibilite os diretores tomarem as medidas cabíveis nas circunstâncias de defesa de direitos.
 - (D) organizar um conjunto de conhecimentos relativos aos aspectos subjetivos dos sujeitos por ele atendidos, uma vez que tais aspectos tendem a superar as questões objetivas.
 - (E) dispor as informações e os conhecimentos sobre as várias formas de manifestações das desigualdades sociais e exclusão social, porém, em hipótese nenhuma, tratar da vivência pelos indivíduos sociais, e, com isso, transformar os espaços de trabalho em espaços efetivamente públicos.
-
51. O significado social do serviço social, suas demandas, tarefas e atribuições devem ser buscadas dentro da trama das relações que constituem a vida social. Portanto, a particularidade da intervenção do assistente social, refere-se a
- (A) respostas que a sociedade e o Estado constroem frente às necessidades sociais dos homens, em suas dimensões materiais e culturais.
 - (B) respostas às dificuldades humanas e culturais.
 - (C) respostas nos processos prejudiciais relacionados à reprodução da vida social.
 - (D) respostas concretas e corretas para as dificuldades da vida da população usuária do serviço social.
 - (E) respostas justas às demandas do Serviço Social.
-
52. A profissão do serviço social no Brasil se institucionalizou a partir dos anos 30. Causaram a institucionalização profissional e portanto sua legitimação:
- (A) Empresariado, Estado e movimentos sociais.
 - (B) Estado, comunidades eclesiais de base e sistema bancário.
 - (C) Estado, empresariado e Igreja Católica.
 - (D) Igreja Católica, universidades e movimento dos trabalhadores.
 - (E) Estado, empresariado e sindicatos.



53. Embora o serviço social tenha sido regulamentado como profissão liberal no país, o Assistente Social não desempenhava suas atividades como profissional autônomo, não dispondo do controle das condições materiais e organizacionais em seu exercício. Isto não significa que a profissão não disponha de relativa autonomia e de características presentes nas profissões liberais, como:
- (A) a justificativa do assistente social ser um profissional liberal que está nas ações humanitárias.
 - (B) a forte valorização das qualidades pessoais e morais do assistente social, o seu discurso humanitário, bondoso, altruísta e desinteressado de melhorar as condições materiais da população.
 - (C) a intervenção do assistente social que é marcada pela compra e venda de sua força de trabalho em consultórios particulares.
 - (D) a justificativa de inserção no mercado de trabalho liberal que se dá particularmente pelo crescimento das organizações sociais não governamentais e a maior demanda do assistente social especializado em famílias.
 - (E) a relação singular, ou seja o “colóquio singular” com seus usuários, bem como o caráter não rotineiro do seu trabalho, a presença de um código de ética, as propostas de intervenção a partir de conhecimento teórico/metodológico e técnico/operativo e finalmente, a regulamentação legal da profissão.
54. Para uma análise do Serviço Social na atualidade, é necessário situá-lo no contexto de informações societárias que caracterizam a sociedade brasileira dos últimos anos – em tempos de globalização. Tempos em que a economia e o ideário neoliberal intensificou as desigualdades sociais, com suas múltiplas faces. Assim, nestes tempos de crise mundial e global, os usuários do serviço social crescem em
- (A) grupos de portadores de doença mental, buscando orientação por telefone para enfrentar a crise financeira.
 - (B) população de rua pelo aumento da fome, desemprego e pela busca da fé e pela perda da ideologia nas igrejas.
 - (C) massas descartáveis e sobrantes, à margem dos direitos e dos sistemas de proteção social.
 - (D) grupos de mulheres vítimas de violência atendidas no plantão social dos Municípios,
 - (E) massas descartáveis e sobrantes, porém com acesso aos bens e serviços produzidos socialmente.
55. Um projeto de profissão exige um conjunto de componentes que necessita articular: valores e escolhas teóricas, práticas, ideológicas, políticas, éticas, normatizações, interlocução crítica com o movimento da sociedade, da qual a profissão é parte e expressão. No caso do Serviço Social, um dos elementos que impulsiona a construção de projeto é
- (A) a renovação e modernização e a reforma da profissão, no sentido amplo e plural, que se expressa nas instâncias de ensino e pesquisa.
 - (B) a busca de ruptura com o histórico conservadorismo no pensamento e na ação profissional, na perspectiva de compreender a profissão com os interesses e necessidades de seus usuários.
 - (C) o avanço de sua produção de conhecimento, sobretudo com a expansão dos cursos de pós-graduação e especialização direcionados ao *Marketing* profissional.
 - (D) o avanço na compreensão dos significados dos projetos sociais do Estado capitalista brasileiro que sempre priorizou o atendimento à populações carentes.
 - (E) a luta organizada da categoria por melhores salários.
56. A ação do assistente social na reprodução das relações sociais na sociedade capitalista se dá por meio
- (A) da compreensão da totalidade do processo social, bem como, a percepção dos vários modos de vida que envolve o cotidiano da vida da população usuária do Serviço Social.
 - (B) das intervenções de ajustamento social nas áreas públicas e privadas, voltadas à políticas sociais públicas.
 - (C) do atendimento da totalidade da vida cotidiana, expressando-se tanto no trabalho, na família, no lazer e na escolha da população usuária do serviço social.
 - (D) do entendimento, análise e intervenção correta frente às contradições sociais e dos efeitos dessas contradições na vida dos usuários.
 - (E) de uma estruturação permanente de sua prática cotidiana.
57. As diferentes formas de participação nas estruturas de poder, seja na empresa do capital ou do Estado, criam novas instâncias de gestão de serviços sociais para os assistentes sociais e assim a gestão dos serviços sociais
- (A) desencadeia traços próprios marcados pela formação organizacional e partidária.
 - (B) faz de modo singular a administração financeira da verba para saúde, educação e políticas sociais.
 - (C) desenvolve uma cultura própria conforme a política macroeconômica.
 - (D) deve ser entendida como um setor de articulação das diversas formas de produção social.
 - (E) na sociedade capitalista brasileira, assume uma lógica econômica e partidária específica.
58. O momento de realização do planejamento das ações do assistente social pressupõe avanço quantitativo e qualitativo da realidade social, buscando a superação do já instituído. Assim sucessivamente, num processo de reflexão, decisão, ação e avaliação, o planejamento em serviço social pressupõe
- (A) o conhecimento da realidade expressa, do processo fenomenológico e de contradições econômicas ou territoriais.
 - (B) a determinação precisa dos prazos, em função de cada alternativa e a íntima ligação com a verba e as questões norteadoras do projeto.
 - (C) temporalidade no ato de planejar com a perspectiva de controle dos resultados finais do projeto.
 - (D) objetivos e metas específicos que devem estar ligados diretamente aos objetivos da instituição, de seus dirigentes, da população e do CRESS.
 - (E) uma visão de conjunto, formando um todo, buscando a inter-relação entre cada situação de planificação com a planificação global.



59. O planejamento social está associado à mudança como processo que ocorre no tempo, ligado a momentos identificados como sensibilização e motivação para a emancipação social. O profissional de Serviço Social,
- (A) a partir de seus pressupostos atualizados em cada realidade concreta, num dado contexto histórico, político, econômico, social e cultural poderá realizar o planejamento social de todas as disciplinas sociais.
- (B) para planejar a ação prática necessita de um quadro de referência teórico único e lógico objetivando a garantia dos eixos da intervenção.
- (C) decide o que mudar, para onde mudar ou como mudar, porque é tarefa exclusiva dele o planejamento social.
- (D) ao planejar a intervenção, não pode desconsiderar as demais disciplinas de intervenção porque estas fazem parte do social abrangente.
- (E) tendo sua prática voltada à intervenção na realidade social, pretende transformações sociais, com a intencionalidade de controlar os usuários.
-
60. A Prevenção consiste em redução da demanda do consumo de drogas. Desse modo os programas e projetos instituídos visam ao fornecimento de informações capazes de estimularem nas pessoas a adoção de outros hábitos, resultando na evitação, redução ou interrupção do consumo de drogas. Assim, as estratégias de prevenção
- (A) devem ser elaboradas unicamente nos presídios para evitar o uso de drogas.
- (B) podem ser elaboradas em todos os campos: escolas, empresas, presídios, na comunidade ou através de divulgação em massa.
- (C) ocorrem prioritariamente nas comunidades da periferia.
- (D) devem se dar junto aos caminhoneiros buscando o cumprimento da lei seca: "se beber, não dirija", bem como, apreensão do veículo.
- (E) devem atender ao consumo acerca de fatores de risco que aumentam sensivelmente o risco de dependência de álcool junto aos adolescentes.
-
61. Sobre álcool é correto afirmar que:
- (A) As bebidas alcoólicas são consumidas por mais de 80% da população adulta brasileira, estando bem atrás do tabaco.
- (B) A dependência do álcool atinge principalmente os idosos na faixa etária entre 65 e 70 anos, por causa da solidão.
- (C) O diagnóstico precoce piora o prognóstico entre os indivíduos abusadores do álcool.
- (D) Os problemas relacionados ao consumo do álcool só podem ser comparados àqueles causados pelo consumo do tabaco e pela prática de sexo sem proteção.
- (E) O álcool é uma droga estimulante do sistema nervoso central e periférico, que atinge toda a população brasileira.
-
62. O consumo do tabaco é um dos maiores problemas de saúde pública internacional. Assim sendo, seu enfrentamento passa pelas seguintes estratégias:
- (A) proibição da propaganda em lugares fechados, prevenção na escola e na família, desenvolvimento de trabalhos através da psicoterapia comunitária.
- (B) restrição da demanda, proibição da propaganda, orientação aos pais, orientação geral sobre a saúde com e sem tabaco.
- (C) aumento do preço, proibição da propaganda e do uso em locais fechado, informação sobre os danos, prevenção na escola, na família e na comunidade.
- (D) proibição do fumo em locais semi-fechados, proibição da propaganda, trabalho com psicoterapia comunitária e prevenção na escola.
- (E) prevenção na escola e na família, trabalho com psicoterapia comunitária, e orientação sobre a influência da mídia no consumo desta droga.
-
63. Um conjunto de sintomas e perturbações psicológicas, de agrupamentos e gravidade variáveis ocorrendo em abstinência absoluta ou relativa de Nicotina, após o uso repetido e usualmente prolongado e/ou altas doses da substância, são, respectivamente,
- (A) frequência cardíaca diminuída, aumento do apetite ou ganho de peso, dificuldade para concentrar-se, inquietação e ansiedade.
- (B) humor disfórico ou deprimido, insônia, irritabilidade, frustração ou raiva, ansiedade, dificuldade para concentrar-se e inquietação.
- (C) aumento do apetite ou ganho de peso, insônia, frequência cardíaca aumentada, dificuldade para concentrar-se e ansiedade.
- (D) frustração ou raiva, depressão, dores de cabeça, impotência sexual, enfisema pulmonar e ansiedade.
- (E) depressão, ansiedade, aumento de peso, impotência sexual e humor disfórico.
-
64. As políticas públicas de seguridade social no mundo capitalista tomam perfis diferenciados, a partir do pensamento Keynsiano, sugerindo modos diversos do Estado-Nação, isto é, a proteção social no âmbito de seu território. Assim sendo, as políticas públicas:
- (A) no Brasil, o Estado de Bem-estar social garantiu à sua população pactos da mesma ordem que os estabelecidos no primeiro mundo.
- (B) de seguridade social constituíram o que denominamos Estado de assistência à classe menos favorecida, nos países do terceiro mundo.
- (C) no Brasil, é o Estado de Bem-Estar social que consagrou, porque foi considerado a oitava potência econômica mundial.
- (D) nos países do terceiro mundo, introduzidos no chamado capitalismo tardio transnacional, porque já iniciaram a reversão da sua condição de colônia.
- (E) consagraram o que se costuma denominar estado do Bem-Estar Social ou Estado Providência, nos países capitalistas avançados.



65. Com o advento da Constituição Federal de 1988 e o consequente fortalecimento da Assistência Social como política de segurança social e, portanto, como um direito do cidadão, a proposta consolida os principais eixos a serem considerados para a gestão do trabalho na área da assistência social. São eles:
- (A) diretrizes nacionais para plano de carreira, cargos e salários, controle social da gestão do trabalho e princípios éticos.
 - (B) princípios éticos, equipes de referência, diretrizes para a política nacional de capacitação, diretrizes nacionais para planos de carreira, cargos e salários, controle social da gestão do trabalho e regras de transição.
 - (C) princípios éticos, equipes de saúde especializada, diretrizes para a política nacional de capacitação, diretrizes nacionais para planos de carreira, cargos e salários das equipes de saúde, e, regras de transições e princípios éticos.
 - (D) organização do cadastro nacional de trabalhadores do SUAS, regras de transição e princípios éticos.
 - (E) diretrizes nacionais para capacitação dos profissionais de assistência dentro de parâmetros específicos do conjunto das Categorias Profissionais.
66. As categorias sociais básicas que compõem o universo das pessoas que militam nos movimentos sociais são:
- (A) sindicatos e ordens religiosas.
 - (B) classes populares e associações de moradores.
 - (C) classes populares e sindicatos.
 - (D) classes populares e camadas médias.
 - (E) classes populares e ordens religiosas.
67. Considerando as novas funções assumidas, o Estado moderno é também o Estado da Ação Social. Para arrefecer os conflitos, institui ações que atuam em massa aos grupos sociais possuidores de problemas comuns. Neste sentido, a Ação Social tenta chegar a amplos resultados. Ela é:
- (A) a ação consciente, geralmente com base num planejamento, com o qual se pretende influir num ambiente social.
 - (B) um processo dinâmico e contraditório que impulsiona o atraso social através de disposições legislativas conservadoras.
 - (C) um processo devidamente planejado e coordenado, visando alcançar prioritariamente resultados individuais.
 - (D) a educação da comunidade para as disposições normativas e grupais, emanadas das instituições.
 - (E) a ação de grupos organizados que tem o privilégio social de classes dominantes.
68. A Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o conselho nacional do idoso e dá outras providências. A política nacional do idoso reger-se-á pelos seguintes princípios:
- (A) as diferenças econômicas, sociais, culturais e educacionais deverão ser observadas no planejamento de ações compensatórias.
 - (B) as famílias das classes menos favorecidas, devem ser vistas como objeto de conhecimento e informação para todos, a partir de 59 anos.
 - (C) a família, a sociedade e o estado tem o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida.
 - (D) a família deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política.
 - (E) as diferenças econômicas, sociais, regionais e particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observados como determinantes para o enfrentamento das questões do idoso.
69. Desde o final de 1985 até hoje o cenário brasileiro para o enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS em muito se modificou, tendo que ser consideradas não somente as alterações do perfil epidemiológico da infecção, bem como as mudanças no cenário político-econômico. Assim sendo, as ações de cada país depende
- (A) de políticas direcionadas aos grupos de risco: pobres, idosos e adolescentes.
 - (B) de ação expressiva nas regiões mais pobres e com uma população majoritariamente feminina do planeta.
 - (C) de políticas públicas prioritariamente destinados a adolescentes, pois combina a falta de recursos para esta parcela da população bem como, com o alto custo da atenção à eles destinada.
 - (D) do perfil epidemiológico, onde observa-se que o total de casos de AIDs e DST's acumulados atinge à maioria das mulheres heterossexuais.
 - (E) de políticas públicas que promovam uma atuação mais ampla que permita incrementar a capacidade das comunidades de proteger sua saúde, simultaneamente ao momento do desenvolvimento local.
70. Segundo a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do parágrafo 8º, artigo 226 da Constituição Federal. Nas disposições gerais, configura
- (A) violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe causa morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.
 - (B) violência familiar e doméstica o espaço de convívio temporário entre os pais e de outras pessoas com ou sem vínculo familiar.
 - (C) violência doméstica e familiar contra a mulher somente ações que seja compreendida na comunidade considerada a pessoas unidas por laços consanguíneos.
 - (D) violência familiar e doméstica contra a mulher somente ações de ordem financeira, na qual o agressor tenha laços consanguíneos ou de afeto com a mãe da ofendida.
 - (E) violência doméstica e familiar contra a mulher ações entendidas somente como ofensa a sua integridade física.